



Marlene Bergamo/Folha Imagem

Criança da etnia hupda em Santo Atanásio, comunidade que tem um tradutor durante as aulas

EDUCAÇÃO *Professores criticam infra-estrutura para ensino* **Índios do Amazonas querem que intérpretes ajudem em escolas**

AURELIANO BIANCARELLI

ENVIADO ESPECIAL AO ALTO RIO NEGRO

A professora tukana Eneide Prado Freitas, 28, ensina em português, e as cartilhas são em português. As crianças são da etnia hupda e só entendem sua própria língua. Virgulino Penedo Pena, 30, da mesma etnia, é o intérprete. Vai passando cada frase do portu-

guês para o hupda. É ele também quem conta a história, os costumes e as tradições da tribo.

As cerca de 20 crianças, do pré e em início de alfabetização, pertencem à mais esquecida das 22 etnias que habitam a região da Boca do Cachorro, na região do Alto Rio Negro, divisa do Estado do Amazonas com a Colômbia.

Quando a merenda acaba, os alunos não vão à escola. "Em quase metade do tempo, ficamos sem aula", dizem os professores.

Das 57 crianças que começaram o ano nas duas escolas da aldeia, só 27 continuam estudando hoje.

Para chegar à comunidade hupda de Santo Atanásio, saindo de São Gabriel da Cachoeira (a 847 km de Manaus), são necessárias 14 horas de barco a motor (voadeira) subindo o rio Negro e outras duas de caminhada.

O que acontece com os hupdas de Santo Atanásio é um dos sonhos da comunidade indígena do Alto Rio Negro. Ou seja, que cada escola, além do professor que ensine o português e as matérias convencionais, tenha um intérprete na sala, e que ele possa também ensinar a língua indígena.

A presença de professores indígenas de outras etnias e que não falam a língua das crianças é uma das aberrações que acontece na região, fruto de um sistema estabelecido em gabinetes, "por gente que não conhece a nossa realidade", como dizem líderes locais.

Segundo Henrique Veloso Vaz, 47, professor da etnia desano e representante da Funai (Fundação Nacional do Índio), para ser pro-

fessor indígena, é preciso estar cursando o magistério indígena. O intérprete hupda, Virgulino, continua dando aulas na mata sem saber que já foi demitido.

Vaz falou como coordenador da primeira assembleia dos professores indígenas do Alto Rio Negro, que reuniu 150 professores e terminou ontem em São Gabriel. Reagem sobretudo às decisões que não levam em consideração as distâncias e as diferenças de etnias e línguas. "Quem manda na nossa terra somos nós", disse o professor tukano Gilmar Luiz Lara Vieira, 33.

Para receber o salário em São Gabriel, alguns perdem até dez dias de aula. Os contratos precisam ser renovados a cada ano, o que desperdiça meses.

"Somos discriminados como índios e como professores", diz Juscelino Pereira Azevedo, da Apiarn, associação que reúne os cerca de 400 professores.

A Secretaria de Estado da Educação do Amazonas disse que criou uma subcoordenadoria para educação escolar indígena, coordenada por um indígena. "Estamos empenhados na formação de professores", disse Nídia Regina Sá. O tukano João Bosco Aguiar Marinho, coordenador de educação indígena da prefeitura, diz que ainda há "muitas crianças que estudam sentadas em folhas de bananeira". "As autoridades não estão dando a importância que a questão indígena merece."

Aureliano Biancarelli viajou a convite da Foirn (Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro)